

# PODEMOS FALAR EM “CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA”? DAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

CAN WE TALK ABOUT A “BRAZILIAN DEMOCRACY CRISIS”? POSSIBLE CAUSES AND PROPOSALS FOR DEMOCRATIC STRENGTHENING

GABRIELA MÖLLER<sup>1</sup>  
CRISTHIAN MAGNUS DE MARCO<sup>2</sup>

## RESUMO

O tema do presente artigo é a democracia brasileira e os problemas que vem enfrentando no cenário político atual sob os auspícios de uma “crise da democracia liberal”. O trabalho objetiva aprofundar no panorama atual da democracia brasileira, o que será feito por pesquisa bibliográfica e documental. Propõe alguns questionamentos: quão grave e o que significa viver uma crise democrática? quais as razões? quais possíveis soluções para reversão do quadro? quais os principais inimigos da democracia brasileira, na atualidade? Concluiu-se que a crise da democracia é uma crise que pode ser associada a um movimento de autocratização e subversão sub-reptícia da democracia, praticados notadamente por governos populistas, que em um cenário de insucesso econômico, corrupção, desconfiança generalizada, ganha apoio e força. O ambiente institucional vivenciado ainda aspira valores democráticos, mas há uma forte tendência que isso seja afetado negativamente no futuro.

**Palavras-chave:** democracia brasileira; populismo; autocratização; subversão sub-reptícia.

## ABSTRACT

*The theme of this article is Brazilian democracy and the problems it has been facing in the current political scenario under the auspices of a “crisis of liberal democracy”. The work aims to deepen the current panorama of Brazilian democracy, which will be done through bibliographical and documentary research. It proposes some questions: how serious and what does it mean to live a democratic crisis? what are the reasons? what possible*

- 1 Doutoranda (2021) com Bolsa PROSUC/CAPES e Mestra (2021) em Direito pelo PPGD/Unoesc. Professora no Curso de Direito da Unoesc - Joaçaba. Bolsista de iniciação científica durante a Graduação em grupo voltado ao estudo do Processo Civil e da Teoria do Direito. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7378-3235>.
- 2 Pós-doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor e pesquisador do Programa de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, mestrado e doutorado. Áreas de interesse: Teoria dos Direitos Fundamentais; Direito à Moradia; Desenvolvimento Sustentável; Cidades Sustentáveis. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4528-6690>.

### Como citar esse artigo:/How to cite this article:

MÖLLER, Gabriela; MARCO, Cristhian Magnus de. Podemos falar em “crise da democracia brasileira”? das possíveis causas e propostas para o fortalecimento democrático. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 150-169, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v18i1.9231>.

*solutions to revert the frame? what are the main enemies of Brazilian democracy today? It was concluded that the crisis of democracy is a crisis that can be associated with a movement of autocratization and surreptitious subversion of democracy, practiced notably by populist governments, which in a scenario of economic failure, corruption, widespread mistrust, gain support and force. The institutional environment experienced still aspires to democratic values, but there is a strong tendency for this to be negatively affected in the future.*

**Keywords:** *brazilian democracy; populism; autocratization; surreptitious subversion.*

## 1. INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo é a democracia brasileira e os problemas que vem enfrentando no cenário político atual em razão de uma possível “crise democrática”. “Possível” porque é necessário entender melhor uma série de conceitos e números antes de se afirmar esse cenário (nada otimista, diga-se).

A crise das democracias liberais é temática discutida nas várias democracias ocidentais, já tendo sido produzidos interessantes estudos no ponto, que guiarão a compreensão de uma série de conceitos que o presente estudo busca enfrentar, como populismo, autocracia, subversão sub-reptícia e o próprio conceito de democracia, que pode ser abordado de diferentes formas. O trabalho também realiza uma análise dos atuais índices de pesquisa sobre a (in) satisfação democrática brasileira, para se entender a percepção social.

O problema de pesquisa proposto se desdobra em alguns questionamentos: Qual a percepção do brasileiro quanto à democracia? O que significa viver uma “crise democrática” e quais as razões? Vivemos, no Brasil, uma crise democrática? Como enfrentar os maiores “inimigos” da democracia? O trabalho objetiva se aprofundar no panorama atual da democracia brasileira e entender que males afetam nossa democracia.

Para tanto, o trabalho se desdobrará em três momentos. No primeiro, apresentar-se-á os dados dos principais índices que medem a qualidade da democracia de um país. Após a apresentação dos índices, serão trabalhados conceitos importantes para a crítica que se seguirá, como conceitos de “Estado”, “Estado de direito”, “regime” e “democracia”. Na terceira seção, se analisarão os conceitos a partir de estudos desenvolvidos por proeminentes autores na temática.

A técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, levando em consideração a vasta literatura sobre o tema, foram selecionados alguns livros, cujo critério de seleção foi a *expertise* e recorte da temática dos Autores: Adam Przeworski, Guillermo O’donnell, Anne Applebaum, Yascha Mounk e David Runciman. Quanto à pesquisa documental, foram analisados os seguintes índices sobre democracia: LAPOP, Latinobarómetro, V-DEM e *Democracy Index 2020*.<sup>3</sup>

3 A pesquisa no LAPOP foi diretamente aos dados primários. No *Latinobarómetro*, a pesquisa foi feita no relatório emitido pela instituição e, também, nos dados primários, disponibilizados pelo site. No *democracy index* e no V-DEM foram consultados os relatórios emitidos pelas instituições. Todos os dados e relatórios são atuais, reportando-se ao ano de 2021 (V-DEM Institute), 2020 (*Democracy index* e, ao final de 2020, *Latinobarómetro*) ou 2019 (LAPPOP).

## 2. INDICADORES: O QUE PENSAM HOJE OS BRASILEIROS SOBRE A DEMOCRACIA?

Foram analisados quatro indicadores, dois deles voltados precipuamente à realidade latino-americana, o LAPOP e o *Latinobarómetro*. Outros dois indicadores são globais, o V-dem e o *Democracy Index*.

Nessa seção, serão expostos os resultados de pesquisas, que mais à frente serão analisados. Buscou-se centrar principalmente no Brasil, mas foram realizados comparativos com outros países, principalmente da América Latina, a fim de comparar e evidenciar o resultado de alguns índices.

### 2.1 LAPOP E LATINOBARÓMETRO

Somente 6% dos latinos acreditam que no seu país há uma “democracia plena”. No Brasil, 54% apontam que há “grandes problemas” na democracia (média entre 2017 a 2020) e, para 15%, uma democracia com “pequenos problemas”. Para 11% dos latino-americanos, não há democracia em seu país (*Latinobarómetro*, 2021, p. 30).

Os níveis de insatisfação com a democracia brasileira são preocupantes: 2,8% estão “muito satisfeitos”, 19% estão “satisfeitos”, 50% “não estão satisfeitos” e 28% “nada satisfeitos”. Na série histórica desde 1995, o segundo índice (satisfação) diminuiu e o terceiro (insatisfação) aumentou, ou seja, houve piora (*Latinobarómetro*, 2021).

Entre 2010 e 2020, o apoio à democracia caiu de 63% para 49%. Ainda, tem aumentado o número de pessoas que, além de insatisfeitos com a democracia, não a apoiam. Atualmente, 70% dos latinos estão insatisfeitos com a democracia, mas 49% a apoia (democratas), o que coloca em 23% o patamar de latinos insatisfeitos com a democracia e que não a apoiam (não-democratas) (*Latinobarómetro*, 2021, p. 38-40).

No Brasil, 45% apoiam a democracia e acreditam que a democracia é preferível a outra forma de governo, mas o número mais interessante é para aqueles que “tanto faz” a democracia ou outra forma: era de 20% em 1995 e atualmente é de 41%. No Brasil, assim, 55% não apoiam a democracia (não-democratas) (*Latinobarómetro*, 2021, p. 38-40).<sup>4</sup>

Para o *Latinobarómetro* (2021, p. 40) o que qualifica uma democracia como “vulnerável” não é nem o índice de apoio aos golpes, que, conforme veremos, é baixo, mas é o índice de não-democratas. Pelo alto índice brasileiro, o relatório insere o país dentre os países com democracias mais “vulnerável”, cujo topo é ocupado por Honduras, com 70% de não-democratas.

O melhor momento de apoio e satisfação com a democracia brasileira ocorreu durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (55%). O Brasil, hoje, registra um apoio fraco à democracia, não alcançando índices de 60% de apoio, como outros países (*Latinobarómetro*, 2021, p. 23).

4 Há pequena variação quanto aos dados do LAPOP (LAPOP, 2019, p. 13-15). Segundo a pesquisa, quanto à insatisfação com a democracia, 78% se declaravam insatisfeitos em 2017, mas esse número reduziu para 58% em 2019. Quanto à satisfação, de 22% em 2017, aumentou para 42% em 2019. Entretanto, deve ser levado em consideração que os dados do *Latinobarómetro* foram colhidos no final de 2020 e a própria pesquisa reconhece que no intervalo entre 2018 à 2020, em alguns países se registrou aumento de apoio à democracia, como foi o caso do Brasil (de 34% em 2018 passou para 40% em 2020), mas quase metade dos 18 países latinos pesquisados demonstraram diminuição, sendo em alguns, aguda, como é o caso do Equador, Colômbia, Panamá, Venezuela e Honduras (*Latinobarómetro*, 2021, p. 18-21).

Ainda, 69% dos brasileiros pensam que a democracia tem problemas, mas é o melhor sistema (“Democracia Churchilliana”). A média latina é de 63% e o número apresenta redução desde 2013, quando alcançava 79% (caída de 16 pontos percentuais em menos de uma década) (Latinobarómetro, 2021, p. 31).<sup>5</sup>

Paralelamente, a discordância quanto a frase “a democracia é o melhor sistema” tem aumentado: teve a menor série em 2010, 26%, atingiu 48% em 2017, porém, em 2019 a discordância reduziu para 40%. Se analisarmos os dados de 2017, houve uma melhora quanto à percepção da democracia, mas não é a mesma percepção que havia em 2010. Dentre os países da América Latina, o Brasil ocupa a quinta posição quanto à concordância com a frase supramencionada.<sup>6</sup>

Quanto ao perfil do cidadão democrata ou não-democrata, na medida que aumenta a idade, aumenta o apoio à democracia. Entre os maiores de 60 anos, 65% apoiam a democracia, enquanto os que tem menos de 25 o apoio é de 50% (quinze pontos de diferença). A indiferença ao tipo de governo também acompanha esse padrão: é de 31% nos menores de 25 e 23% dos maiores de 60 anos. Mais jovens também apoiam mais os governos autoritários: 18%, em comparação aos 12% maiores de 60 anos. O sexo não influencia significativamente nos resultados (Latinobarómetro, 2021, p. 28).

Dados apontam que quanto maior o grau de instrução educacional, maior o apoio à democracia. Os que tem educação básica representam cerca de 54% dos apoiadores, enquanto dentre os que tem superior, 66%. Quanto à classe social, 43% dos que estão na classe alta apoiam a democracia, enquanto 58% são os que estão na classe média baixa e 53% na classe baixa (dez pontos de diferença). O autoritarismo e a indiferença ao tipo de regime também aumentam na medida que diminui a classe social (Latinobarómetro, 2021, p. 28-29).

No que toca à posição política, vem ocorrendo um aumento de pessoas que se identificam como de direita. Verifica-se um aumento de 28%, em 2017, para 39%, em 2019, daqueles que se declaram de direita. Quanto à esquerda, houve um decréscimo, reduzindo de 39%, em 2017, para 28% em 2019. Quanto às pessoas que se diziam ao “centro”, somam 39% em 2019, número que vem reduzindo desde 2010, o que denota também a polarização política. A direita (50%) é a parcela mais satisfeita com a democracia, seguido do centro (39%) e da esquerda (35%) (LAPOP, 2019, p.11-15).

Para 59% dos brasileiros, em nenhuma circunstância se admitiria um governo militar (Latinobarómetro, 2021, p. 33). Dos que acreditam que se justificaria, 43% são de direita, 31% de esquerda e 30% do centro (LAPOP, 2019, p. 19-23).

Entretanto, cerca de 53% dos brasileiros apoiam outras soluções não-democráticas que não o golpe militar (fechamento do Congresso pelo presidente, dissolução do STF pelo Presidente, etc.). Na América Latina, o índice é de 51%. Esses dados indicam, conforme veremos abaixo, a tendência de aumento do apoio ao populismo e à autocracia. Inclusive, o informe aponta que no Brasil é factível a existência de uma autocracia eleitoral e menos de uma ditadura militar (Latinobarómetro, 2021, p. 34-35). Em todos os casos, o apoio da direita aos golpes é até 20 percentuais mais alto do que do centro e da esquerda.<sup>7</sup>

5 Para o *Latinobarómetro*, a média brasileira de concordância com a frase é de 69%, enquanto segundo o Lapop é de 60%.

6 Está atrás de Costa Rica (72%), Chile (64%), Mexico (63%) e empata com Colômbia em 60%. (LAPOP, 2019, p.16-18).

7 Atualmente, 62% não concorda quanto à dissolução do STF. O questionamento envolvendo a dissolução do STF era de 87% de discordância de 2008-2012, depois o número começou a decrescer, ou seja, aumentou a concordância (LAPOP, 2019, p. 24-30).

Entretanto, os latinos não acreditam que o autoritarismo<sup>8</sup> seja uma opção de governo, pois 77% demonstram a vontade de votar nos seus governantes. No ponto o informe destaca “[...] por eso Ortega en Nicaragua, Maduro en Venezuela se ven obligados a hacerlas [eleições], aunque sean una farsa.” (Latinobarómetro, 2021, p. 90).

Quanto ao poder das instituições, 57% dos latinos acreditam que o governo tem mais poder, 37% acreditam que são os empresários, 33% acreditam que são os partidos políticos e 28% no parlamento. No Brasil, para 50% são os governos e para 38% as empresas (Latinobarómetro, 2021, p. 49-51).

Quanto à confiança, a América Latina é a região mais desconfiada do mundo frente as instituições eleitas por voto popular, em comparação com as demais regiões: está a vinte pontos percentuais atrás da Ásia, África, Países Árabes e Eurasia (Latinobarómetro, 2021, p. 62).

Quanto à confiança nas instituições democráticas e na igreja, segundo dados da América Latina, segue que: 61% confiam na igreja, 44% nas forças armadas, 36% na polícia, 32% no Presidente, 31% na instituição eleitoral, 27% no governo, 25% no poder judicial, 20% no Congresso e 13% nos partidos políticos. No Brasil: 67% na igreja, 57% nas forças armadas, 48% na polícia, 30% no presidente, 30% na instituição eleitoral, 27% no governo, 36% no poder judicial, 23% no congresso, 13% nos partidos políticos. Verifica-se o baixo grau de confiança no congresso e nos partidos políticos, o que se confirma pelo dado que desde 2010 diminuiu de 40% para 29% o número de cidadãos que se sentem próximos a um partido político (Latinobarómetro, 2021, p. 64-71 e 89).

Essa “desconfiança” fica nítida também pela percepção de uma “corrupção generalizada” nas instituições democráticas pelos latino-americanos: 58% acreditam que o presidente seja, 55% o parlamento, 50% a polícia, 47% juízes e magistrados, 24% líderes religiosos e 16% algumas famílias. Quanto aos números, há similaridades com o Brasil, mas há que se destacar uma maior desconfiança frente aos parlamentares, que chega a 71% no país, e uma confiança maior quanto aos juízes, que é de dez pontos percentuais menores que a média geral da América Latina. É possível afirmar, assim, que há, no mínimo, 47% de desconfiança frente às instituições públicas, o que afeta profundamente a consolidação da democracia (Latinobarómetro, 2021, p. 83-84).

Para 52% dos brasileiros a corrupção aumentou, enquanto para 23% houve um progresso na luta contra corrupção (o mesmo índice, na América Latina, é de 29%) (Latinobarómetro, 2021, p. 74-82).

Quanto à confiança interpessoal, ou seja, “o outro”, o vizinho não conhecido, os demais cidadãos, há índices baixos: o Uruguai é o mais alto, com 21%, o Brasil o mais baixo, com 5%. Isso é o reflexo de uma sociedade anômica e fechada (Latinobarómetro, 2021, p. 62-63). O reflexo da desconfiança é o aumento da insegurança, de modo que aumentou o índice de pessoas que desejam ter arma de fogo: de 21% em 2012 para 43% hoje (LAPOP, 2019, p. 40).

Alguns outros dados sobre o Brasil: 32,5% acreditam que os tribunais garantem julgamentos justos (terceira melhor classificação na América Latina); 51,1% apontam que os direitos dos cidadãos estão bem protegidos (nono lugar na América Latina); 30,9% acreditam que o Congresso Nacional é confiável (quinto lugar na América Latina); 13,4% apontam que tem

8 Não confundir “autocracia” com “autoritarismo”. A diferença será melhor delineada à frente.

confiança nos partidos políticos (décimo lugar na América Latina), sendo que 89,8% pensam que todos os partidos tem envolvimento com corrupção (segundo lugar na América Latina); 44,9% apontam ter confiança no STF (terceiro lugar na América Latina) (LAPOP, 2019, p. 55-64).

Quanto à proteção da liberdade de expressão, participação política e eleição de profissão e religião. Nos índices gerais, 68% acreditam ter garantia de eleger sua religião, 57% a liberdade de eleger a profissão, 46% a liberdade de expressão, 45% a liberdade de participar em política. É de se destacar que os números foram afetados pela pandemia, pois não caíam há 15 anos, a não se pela liberdade de participar da política, que caiu vinte pontos percentuais desde 2011. Quanto à liberdade de expressão, o Brasil tem a pior taxa da América Latina, 30%. É também o pior quanto à liberdade de eleger profissão, 38%. A percepção de perda de liberdades civis é profundamente preocupante para a democracia (Latinobarómetro, 2021, p. 54-57).

Quanto às garantias econômicas e sociais, como nas garantias civis, sofreram grande queda em 2020. Brasil tem o pior índice na percepção da igualdade de gênero (22%), de igualdade de oportunidades (20%), proteção do meio ambiente (20%) e terceiro pior quanto à segurança social (23%). No geral, 43% afirmavam haver proteção da propriedade privada, 42% liberdade entre homens e mulheres, 38% proteção do meio ambiente, 37% solidariedade com pobres e necessitados, 35% segurança social, 34% igualdade de oportunidades, 28% proteção conta o crime, 27% oportunidade de conseguir trabalho e 20% distribuição de riqueza (Latinobarómetro, 2021, p. 58-61).

Quanto à percepção de discriminação, 21% dos latinos se sentem parte de um grupo discriminado (pobres, indígenas, afrodescentes, homossexuais e imigrantes). No Brasil, esse número chega a 39%, cujo maior índice, dentre os grupos discriminados, é a discriminação racial (Latinobarómetro, 2021, p. 86-87).

## 2.2 DEMOCRACY INDEX E V-DEM

O *Democracy Index 2020* (The Economist Intelligence Unit, 2020, p. 10 e 37-38) classifica os países em: “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” (todos considerados democracias) e “regimes autoritários” (considerados ditatoriais). Em 2020 o Brasil foi classificado como uma “democracia imperfeita”, ocupando o 49º lugar no Ranking de avaliação das democracias, com a pontuação de 6,92, de 10.<sup>9</sup> A América Latina vem decrescendo na sua pontuação geral (atualmente 6.09), principalmente em pontos como processo

9 **Democracias Plenas:** Países nos quais não apenas as liberdades políticas básicas e as liberdades civis são respeitadas, mas também tendem a ser sustentadas por uma cultura política conducente ao florescimento da democracia. O funcionamento do governo é satisfatório. A mídia é independente e diversificada. Existe um sistema eficaz de freios e contrapesos. O judiciário é independente e as decisões judiciais são aplicadas. Existem apenas problemas limitados no funcionamento das democracias. **Democracias Imperfeitas:** Esses países também têm eleições livres e justas e, mesmo que haja problemas (como violações da liberdade de imprensa), as liberdades civis básicas são respeitadas. No entanto, existem deficiências significativas em outros aspectos da democracia, incluindo problemas de governança, uma cultura política subdesenvolvida e baixos níveis de participação política. **Regimes Híbridos:** As eleições têm irregularidades substanciais que muitas vezes as impedem de serem livres e justas. A pressão do governo sobre os partidos e candidatos da oposição pode ser comum. Fraquezas sérias são mais prevalentes do que em democracias imperfeitas – na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política. A corrupção tende a ser generalizada e o estado de direito é fraco. A sociedade civil é fraca. Normalmente, há assédio e pressão sobre os jornalistas, e o judiciário não é independente. **Regimes Autoritários:** nesses estados, o pluralismo político estadual está ausente ou fortemente circunscrito. Muitos países nesta categoria são ditaduras absolutas. Algumas instituições formais de democracia podem existir, mas têm pouca substância. As eleições, se ocorrerem, não são livres e justas. Há desrespeito pelos abusos e violações das liberdades civis. A mídia é tipicamente estatal ou controlada por grupos ligados ao regime governante. Há repressão às críticas ao governo e censura generalizada. Não há judiciário independente (The Economist Intelligence Unit, 2020, p. 57, tradução nossa).

eleitoral e liberdades civis. Os piores índices do Brasil são relacionados à participação política, ao funcionamento de governo e à cultura política; o melhor, relativo ao processo eleitoral.

Diferente do *Democracy Index*, o V-DEM (2021, p. 18) classifica as democracias da seguinte forma: autocracia fechada, autocracias eleitoral, democracia eleitoral e democracia liberal. As autocracias eleitorais e as fechadas abrigam 68% da população mundial, enquanto o número de pessoas que vive em democracias liberais no mundo é de 14%, e 29% vivem em democracias eleitorais. O Brasil é classificado como uma “democracia eleitoral”.<sup>10</sup>

O relatório anual do V-DEM (2021, p. 9 e 13) foi denominado em 2021 “*Autocratization turns viral*”. Em 2020, foi “*Year of lockdown*” e 2019 “*Year of protest*”. A razão para o nome é que os dados do relatório apontam que mesmo que haja mais democracia liberal que nos anos 70 e 80, há um declínio global da democracia liberal, pois os níveis atuais de democracia são menores do que nos anos 90. O declínio é sentido principalmente na região da Ásia-Pacífico, Europa Oriental e Ásia Central e América Latina.

O Brasil está incluído dentre os 10 países cuja democracia liberal mais reduziu nos últimos 10 anos e mais a autocracia aumentou, estando em quarto lugar quanto à “autocratização”. Apesar disso, ainda se mantém como uma democracia, porém uma democracia eleitoral, que não é uma democracia liberal (V-DEM Institute, 2021, p. 18-19).

### 2.3 ALGUMAS PERCEPÇÕES PRELIMINARES SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Dos dados acima trazidos pelos índices, passa-se a uma breve sistematização, cujas conclusões serão melhor analisadas na próxima seção.

#### Quadro 1 – Conclusões sobre a democracia brasileira a partir dos indicadores

Há uma parcela expressiva da população que identifica “grandes problemas” na democracia brasileira (44%).
O apoio à democracia brasileira caiu cerca de 10 pontos nos últimos 6 anos (45%). 55% não apoiam a democracia.
<b>% dos brasileiros estão pouco ou nada satisfeitos com a democracia.</b>
Os mais jovens apoiam menos a democracia, bem como são mais indiferentes ao tipo de regime e governo, e apoiam mais os regimes autoritários do que os mais velhos. Quanto maior o grau de instrução educacional, maior o apoio à democracia. Quanto mais baixa a classe, menor o apoio.
Há um aumento de pessoas que se identificam com a posição política de direita e um decréscimo, na mesma proporção do aumento da direita, para a esquerda.

10 Abaixo segue a classificação realizada pelo V-DEM. A democracia eleitoral abrange menos aspectos democráticos que a democracia liberal: “O **Índice de Democracia Liberal**: O Índice de Democracia Liberal V-Dem (LDI) captura os aspectos liberais e eleitorais da democracia com base nos 71 indicadores incluídos no Índice de Componente Liberal (LCI) e no Índice de Democracia Eleitoral (EDI). O EDI reflete uma ideia relativamente ambiciosa de democracia eleitoral, onde uma série de características institucionais garantem eleições livres e justas, como liberdade de associação e liberdade de expressão. O LCI vai ainda mais longe e captura os limites impostos aos governos em termos de dois aspectos principais: a proteção das liberdades individuais e os pesos e contrapesos entre as instituições. O **Índice de Democracia Eleitoral**: O V-Dem Electoral Democracy Index (EDI) captura não apenas a medida em que os regimes realizam eleições limpas, livres e justas, mas também sua real liberdade de expressão, fontes alternativas de informação e associação, bem como o sufrágio masculino e feminino e o grau em que a política do governo é investida em funcionários políticos eleitos” (V-DEM, 2021, p. 42-45, tradução nossa)

Para 59% dos brasileiros, em nenhuma circunstância um golpe militar se justificaria. Entretanto, 53% dos brasileiros apoiam outras soluções não-democráticas.
O apoio da direita a golpes é 20 percentuais maior dos que se declaram de centro ou esquerda.
<b>% dos latino-americanos demonstram vontade de votar e participar de eleições, ou seja, preferem o voto à opressão política autoritária.</b>
Há um alto índice de desconfiança frente as instituições públicas, principalmente quanto ao Congresso e aos partidos políticos. Isso se traduz nos altos índices de percepção da corrupção.
Desde 2010 diminui 10 percentuais quanto à proximidade dos cidadãos com algum partido político.
Desde 2012 dobrou o percentual de pessoas que gostariam de ter arma de fogo.
O Brasil tem dois direitos civis profundamente afetados: liberdade de expressão e de eleger profissão. Quanto aos direitos sociais, o Brasil tem o pior índice da América Latina quanto à igualdade de gênero, igualdade de oportunidades e proteção do meio ambiente.
O Brasil tem um alto índice de discriminação, principalmente no que toca à discriminação racial.
Para os índices globais, o Brasil é classificado como “democracia imperfeita” e como “democracia eleitoral”. Isso espelha que não somos uma democracia liberal.
O Brasil está dentre os 10 países com maiores índices de “autocratização”.

Fonte: Autoria própria, 2023.

### 3. UM PRIMEIRO PASSO: COMPREENDENDO GOVERNO, REGIME, NAÇÃO E DEMOCRACIA LIBERAL

Na presente seção, para que seja possível analisar criticamente os dados, pergunta-se: O que é o Estado? O que é o Estado de direito? O que é uma nação? O conceito de nação é relevante, hoje? O que é a democracia liberal? A democracia é um regime ou é uma forma do Estado?

O Estado é um fenômeno recente, que ganha forma na medida em que toma o controle dos meios de coerção sobre determinado território e a população daquele território (nação) e cria burocracias hierarquicamente subordinadas ao poder central. O Estado “de direito”, por sua vez, nasce na medida em que os vários “tipos de direito”<sup>11</sup> foram absorvidos pela legislação, produzida desde o centro do poder (O’Donnel, 2004, p. 16-18).

A partir do que foi delineado, identifica-se que o Estado possui três dimensões. As burocracias e o sistema legal pretendem gerar a ordem e previsão das relações sociais - primeira e segunda dimensão do Estado - e, ao fazer isso, o Estado garante a continuidade histórica da nação, ou seja, busca ser um foco de identidade coletiva para os habitantes do território, com o fim de superar conflitos sociais, em nome de um sentimento de união maior - terceira dimensão do Estado (O’Donnel, 2004, p. 22).

O “regime”, por sua vez, é o padrão que determina o canal de acesso às principais posições do governo, o perfil dos atores admitidos, os recursos e estratégias utilizadas para ganhar o acesso, instituições pela qual o acesso é processado. Logo, o acesso às posições de governo se dá pelo regime, que permite que o representante governe, tome decisões (O’Donnel, 2004, p. 13-14).

11 Consuetudinário, urbano, feudal, religioso.

Quanto à democracia, muitos são os que já a conceituaram. Há visões maximalistas<sup>12</sup> e minimalistas. Przeworski (2020, p. 12-13), enquadra-se no segundo grupo. O autor adota uma análise minimalista e eleitoral da democracia, assim conceituada: “[...] arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem [...]”. É essa abordagem que o estudo seguirá.

Przeworski (2020, p. 83) aponta que o milagre de uma democracia é que forças políticas aceitem o resultado da votação, pois os resultados de uma eleição significarão que uma parcela da população deverá se submeter a uma opinião diferente ou contrária a seus interesses. As eleições substituem a violência, pois revelam os limites temporais do governo e promovem a paz.

A autorização para governar concedida pelo voto, porém, deve ser capaz de fazer com que aquele representante queira respeitar as regras, seja para ser reeleito, seja para não ser retirado do cargo (Przeworski, 2020, p. 84-85; Mounk, 2019, p. 138-139).

O’Donnel (2004, p. 36-39) aponta que as características de democracia são quatro. A primeira característica são eleições limpas, institucionalizadas, e a segunda são eleições inclusivas e universalistas. Sobre o ponto, o cidadão, aquele que cumpre o requisito de nacionalidade, é a unidade individual do regime democrático e tem direito de votar e de ser eleito, bem como de ocupar cargos no aparato estatal (O’Donnel, 2004, p. 22-28). Trata-se de características do regime.

A terceira característica é a existência de um sistema legal que sanciona direitos e liberdades incluídas na definição do regime democrático e a quarta é um sistema legal que previna que o governante usurpe o poder. Trata-se de características do Estado. No ponto, significa que a estabilidade democrática deve ser mantida também durante o período do governo eleito.

Durante o governo, uma democracia busca processar conflitos de forma ordeira dentro do âmbito institucional, com o fim de evitar ameaças à ordem pública, para que as forças políticas que acessaram ao poder consigam se envolver nas atividades políticas. Para tanto, as organizações de oposição<sup>13</sup> envolvidas nos conflitos também devem ter incentivos para buscar seus interesses nos canais institucionais e aceitar eventuais resultados desfavoráveis, o que demanda que os interesses sejam balanceados (Przeworski, 2020, p. 13).

Ainda, há que se falar sobre “democracia liberal”, o que se enquadra precipuamente na terceira característica trazida por O’Donnel. A definição de “liberal” aqui adotada será a de que “[...] liberal é alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais.” (Mounk, 2019, p. 38). Basicamente, é a união entre a vontade do povo (democracia) e os direitos individuais (liberalismo).

No ponto, O’Donnel (2004, p. 54-56) destaca a importância de abordarmos com maior cuidado a percepção de democracia liberal nos países latinos. Em países desenvolvidos, os direitos civis foram efetivados antes da adoção da inclusão e universalização dos direitos políticos. Também, nas teorias há uma pressuposição de que a legalidade do Estado se estende de forma homogênea no território. Essas teorias não se adaptam à realidade Latina. O padrão

12 A visão interessante de Jacques Rancière (1996, p. 23-34) merece destaque. Para o autor, a democracia é o modo de subjetivação da política, e não um regime, um conjunto de instituições. Pela democracia, a política questiona a ordem da distribuição dos corpos (igualdade). Recomenda-se a leitura das obras do Autor: “Ódio à democracia” e “O desentendimento político e a filosofia”.

13 É de suma importância, em uma democracia, que a oposição tenha parte no governo e consista em voz importante, pois caso não tenha voz, é possível que revoltas violentas eclodam, constituindo perda da manutenção da ordem pública (Przeworski, 2020, p. 85-87).

modal Latino (de base nacional-populista), foi: primeiro foram reconhecidos alguns direitos sociais, mais tarde, houve a aquisição de direitos políticos através de processos de democratização, depois, direitos civis foram implantados de forma intermitente<sup>14</sup>. Esse cenário é importante para entendermos os problemas de efetividade dos direitos fundamentais e cidadania em nosso território.

Pontuados alguns conceitos, passa-se à análise de fenômenos recentes vivenciados na democracia brasileira (também vivenciados à nível global), conceituando-os e os analisando a partir dos dados, a fim de se verificar as características atuais da democracia brasileira.

#### 4. FIM DA DEMOCRACIA LIBERAL? POPULISMO? AUTOCRATIZAÇÃO? OS CAMINHOS DO BRASIL

Paira no ar, hoje, um medo de uma queda brusca da democracia liberal. Esse mesmo medo já foi sentido em outras ocasiões, mas hoje alguns fenômenos novos e complexos assustam as pessoas e as fazem temer mais profundamente. Ao mesmo tempo, há ainda pouca compreensão sobre o que significam e qual a ameaça real que apresentam à democracia.

A proposta é investigar as diversas ameaças ao processo eleitoral, no sentido de não seguirem o *script* acima delineado, ou seja, que acabem incidindo em violações das garantias civis e políticas, desgaste na confiança das instituições e redução do apoio ao sistema democrático e suas instituições (Przeworski, 2020, p. 12).

Existem algumas razões pelas quais as democracias fracassam (Przeworski, 2020, p. 88; Mounk, 2019, p. 39-40):

- a) Quando as democracias seguem um caminho que restrinja direitos (e isso mesmo que tenha eleições livres e competitivas);
- b) Quando o governo abusa das vantagens e torna a eleição não-competitiva;
- c) Quando eleições raramente denotam a opinião popular (ocorre normalmente quando a política é comandada pela elite) e não tem consequência na vida das pessoas;
- d) Quando o conflito é intenso e há muita polarização;
- e) Quando o governo interpreta a oposição como subversiva e é empurrada para fora do quadro institucional.

Para Mounk, a “cola” entre democracia e liberalismo vem perdendo a aderência. Dois caminhos poderão seguir: um sistema sem direitos individuais, que pode se voltar contra o povo (iliberal); um sistema que prescinde da vontade popular, recorrendo-se à repressão para dar fim aos dissidentes (antidemocrático) (Mounk, 2019, p. 119-120).

A partir de um recorte na América Latina, O’Donnel (2004, p. 12-13 e 40) aponta que há um severo déficit de credibilidade, causado pela ineficácia das instituições e/ou da colonização delas por interesses privados. Seguem algumas deficiências:

14 Sugere-se a leitura das p. 20-35 do texto do autor.

- a) Governos eleitos são vistos como incapazes ou não dispostos a encarar questões relacionadas a desigualdade social;
- b) Estado está debilitado enormemente pela corrupção e clientelismo;
- c) A legalidade não se estende a todo o território. Há vastas áreas sem alcance do direito;
- d) O direito é aplicado não poucas vezes de forma discriminatória contra minorias.
- e) Cidadania de baixa intensidade, pois, via de regra, todos tem alcance aos direitos políticos, mas para muitos são negados direitos sociais básicos e direitos civis básicos (por exemplo, proteção contra violência policial). São os materialmente e legalmente pobres. (O'Donnel, 2004, p. 48-49).<sup>15</sup>

O Estado não consegue cumprir a dimensão de legalidade e é incapaz de atuar para a redução das desigualdades sociais. O Estado acaba reproduzindo as desigualdades e facilitando-as (O'Donnel, 2004, p. 49-51).

#### 4.1 FENÔMENOS RELACIONADOS À CRISE DA DEMOCRACIA

Segundo Przeworski (2020, p. 14-16), “crise” significa que algo tem que mudar, que não é possível continuar do modo que está. A crise não significa “morte da democracia”, pois a resolução do problema pode advir de reformas parciais sem que a democracia seja dissolvida. Até porque, conforme ficará claro, será identificado que fatores econômicos, sociais, tecnológicos e políticos, juntos, e não isolados, ocasionam a crise democrática, conforme opinião de Przeworski (2020, p. 69-70), Applebaum (2021, p. 63) e Mounk (2019, p. 214-215).

O sinal mais iminente se está vivenciado uma crise da democracia é quando já se observam os seguintes fenômenos: violência substitui o voto ou quando ocupantes tornam impossível para a oposição tirá-los do cargo. Nesses casos, a ordem pública entra em colapso (Przeworski, 2020, p. 23-27).

A presente seção buscará entender o que pode vir a acarretar ou contribuir para a crise da democracia. Przeworski (2020, p. 23-27) aponta que alguns pontos como maior desenvolvimento econômico, menor índice de desigualdade social reduzem a possibilidade de crise, assim como aumentam a existência do regime presidencialista. Mas a discussão vai além.

Abaixo seguem alguns fenômenos que são apontados como causa do enfraquecimento do apoio à democracia segundo pesquisas, esquematizados em um quadro, para melhor análise.

15 Segundo o *Latinobarómetro* (2021, p. 23-24), três democracias estão profundamente afetadas: El Salvador, Honduras e Guatemala. No caso, segundo o informe, não seria a democracia em si que apresentaria problemas, mas a ausência de Estado. Inclusive, muitas das debilidades latinas se devem às debilidades do Estado, pois sem ele não pode haver república ou democracia.

**Quadro 1 – Fenômenos relacionados ao enfraquecimento do apoio à democracia**

Fenômeno e conceito	Causa	Efeito
<p>Fim da crença no progresso material</p> <p>A democracia existe de forma “desconfortável” com o capitalismo. Funciona na medida em que a coexistência proporciona uma melhora na condição de vida das pessoas (Przeworski, 2020, p. 16-17).</p>	<p>A convivência, na atualidade, não é mais pacífica. Associa-se esse fenômeno ao ciclo neoliberal iniciado nos anos 80 (Przeworski, 2020, p. 16-17, 57-61; Mounk, 2019, p. 191).</p>	<p>Aprofunda-se a desigualdade e paralisa-se a perspectiva de mobilização social (Mounk, 2019, p. 187-190; Castells, 2018, p. 36-37). Emerge uma percepção que empresas exercem um alto poder nas relações, o que distorce o papel do Estado (Latinobarómetro, 2021, p. 49-51) No Brasil, mesmo com a redução do PIB o apoio à democracia não caiu vertiginosamente, mas é possível afirmar que o fator econômico pode influenciar no apoio de ações anti-institucionais, levando ao enfraquecimento democrático.</p> <p>Os índices históricos de aprovação do governo refletem que a aprovação diminui na medida em que problemas que sustentam desigualdades não são solucionados e que resultados tateáveis não são apresentados (Latinobarómetro, 2021, p. 47 e 23).</p>
<p>Novas tecnologias e informação</p> <p>Com a democratização da internet, reduziu-se a diferença entre <i>insiders</i> e <i>outsiders</i> políticos, ampliando a participação para além das elites políticas (Mounk, 2019, p. 28-29). Com as tecnologias, aumentou também a possibilidade de vigiar e acompanhar a atuação dos políticos (Runciman, 2018, p. 127-128).</p>	<p>A revolução da comunicação foi muito rápida e distante da regulação estatal. Fenômenos como algoritmos que incrementam falsas percepções, bem como as <i>fake News</i>, criam um âmbito informativo extenso e dificultam diferenciar o verdadeiro e o falso (Applebaum, 2021, p. 66-68).</p>	<p>É positivo, no sentido de que o discurso político não é mais o oligopólio do governo, e nem por ele pode ser controlado, mas, por conta disso, há também mais facilidade para derrubar democracias liberais (Mounk, 2019, p. 176). Outro ponto extremamente negativo é o aprofundamento da polarização política e social, potencializada pelo uso de algoritmos, por exemplo, levando aos extremos da intolerância.</p>
<p>Sociedade polarizada</p> <p>A ideia democrática de que oponentes políticos não são inimigos e devem ser respeitados não é uma criação simples, mas extremamente sofisticada. Se os rivais forem encarados como ameaças há muito o que temer se forem eleitos, o que abre espaço para reações não-democráticas a eleições (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 81-84). Ademais, quando uma sociedade não é altamente polarizada, é possível unir as pessoas em torno de um conceito de nação, que cria um ambiente de tolerância da diferença e respeito.</p>	<p>Cada vez mais as eleições denotam um cenário de alta polarização política da sociedade. Os resultados cada vez mais “apertados” revelam isso. No mesmo sentido, socialmente, cada vez mais as relações sociais têm se desgastado e têm sido interrompidas fundados na posição política das pessoas.</p>	<p>Mais do que simplesmente visões de mundo opostas, as pessoas tendem a ter visões excludentes e intolerantes. O índice baixíssimo, quase nulo, sobre a confiança no próximo deixa muito claro o quanto à noção de “nação” está mal configurada na democracia brasileira. O grande problema da polarização política é que mesmo o mais bem-intencionado político democrata encontrará dificuldade em regular conflitos de uma sociedade altamente polarizada (Przeworski, 2020, p. 14). Uma democracia não existe se não consegue regular os conflitos que se lhe apresentam.</p>

Fenômeno e conceito	Causa	Efeito
Corrupção e desconfiança: o distanciamento dos partidos políticos	Há um distanciamento entre partidos e pessoas, fundado uma ausência de identificação. Trata-se de um sinal da fraqueza organizacional ou insatisfação com a classe política (Przeworski, 2020, p. 74).	Isso ocasiona um descolamento e defesa de propostas políticas. Busca-se “salvadores”, que venha com “respostas prontas”, e não com um projeto e com um posicionamento político (Applebaum, 2021, p. 68). Nesse sentido, não se elege um político pela proposta traçada e pelo plano do partido <sup>16</sup> . Esses atores articulam discursos xenofóbico, racistas, patriarcais e propõe a reconstrução pela visão de um líder ou em uma causa e o discurso rejeita o estado geral das coisas (Castells, 2018, p. 29-30). Os dados (Latinobarómetro, 2021, p. 74-89) revelam que as pessoas não votam, hoje, no partido político: 52% declaravam que não votavam em partido em 2005 e em 2020 esse percentual aumentou para 63%. No Brasil, para 71% os parlamentares são corruptos, para 52% houve um aumento da corrupção.
A aproximação entre pessoas e partido é muito importante, na medida que as pessoas passam a se sentir parte de um projeto político e social. O distanciamento é notadamente causado pela corrupção e pela percepção de que a política é “profissional” despreocupada com a vida das pessoas.	Quanto à insatisfação, observa-se, na democracia, um aumento da corrupção – ocasionada principalmente pelo financiamento de partidos e o custo da política profissional – de modo que a política passa a ser vista como um negócio despreocupado com pessoas (Castells, 2018, p. 14-19; Mounk, 2019, p. 102-112).	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Como reflexo da análise acima feita, Przeworski aponta que o que mais o “assusta” quanto ao futuro da democracia não é a questão sobre a sobrevivência ou não da democracia, pois acredita que não está em jogo na maioria dos países, mas por se tratar de uma crise que não é só política, mas tem raízes profundas na economia e na sociedade (Przeworski, 2020, p. 101-102).

Desse modo, atribuir à democracia a culpa pelos problemas gerados é algo extremamente simplista.

Na sequência, o estudo se debruçará sobre os efeitos desses fenômenos, que darão cor e forma à crise: o populismo, a autocracia e a subversão sub-reptícia, que juntos, são uma coisa só. No ponto, se localizam os fenômenos que degradam as democracias liberais.

#### 4.2 POPULISMO, AUTOCRACIA E SUBVERSÃO SUB-REPTÍCIA: DA CRISE DEMOCRÁTICA ATUAL

A desilusão quanto à política e quanto aos resultados da democracia ganha uma nova dimensão na atualidade, pois, conforme aponta Runciman (2018, p. 61-62), antigamente a desilusão ligava-se a um ou outro partido, mas hoje liga-se a própria democracia liberal. Anali-

<sup>16</sup> A concretização dessa realidade no Brasil se dá pelo fato de o presidente Bolsonaro ter ficado, durante a presidência, sem partido político por dois anos. Para seus eleitores, pouco importava o partido ao qual ele estava filiado ou se filiaria. No final de novembro de 2021, filiou-se ao PL para concorrer à reeleição, uma vez que é pressuposto da candidatura estar filiado. É a nona legenda política que o presidente possui, em sua trajetória política (Gomes; Borges; Oliveira, 2021).

sados alguns fenômenos que enfraquecem a democracia, passa-se a uma análise dos efeitos desses sintomas, que são sentidos na configuração do campo político.

Emerge uma série de políticos hoje com as seguintes características:

- a) Defendem que a política é comandada por uma elite corrupta e se apresentam como antissistema, *antiestablishment* (Przeworski, 2020, p. 49-50);
- b) Diferente do líder autoritário, pretende a eleição segundo o jogo democrático – logo, não são antidemocráticos, mas apresentam elementos anti-institucionais, na medida em que não acreditam que as instituições funcionem no modelo “tradicional” (Przeworski, 2020, p. 49-50);
- c) Colocam a culpa pelos problemas democráticos em determinados grupos (os “chineses”, os “comunistas”, os “imigrantes”...) (Mounk, 2019, p. 19-20);
- d) Defendem que resolver os problemas profundos do nosso tempo é simples: escutar o povo, pois o povo sabe instintivamente o que fazer. A vontade popular pode, inclusive, “atropelar” direitos individuais (Mounk, 2019, p. 19-20; Przeworski, 2020, p. 50);
- e) Defendem que existe uma “conspiração” quanto à formatação do tradicional sistema político e criam um sentimento de acesso especial à verdade (Applebaum, 2021, p. 29; Runciman, 2018, p. 56).

Essas são todas características de um governo de cunho populista. A maior consequência do governo populista é que, em que pese alçar o poder de forma democrática, o governo acaba tomando atitudes iliberais, como consequência das críticas abertas e ataques às instituições “tradicionais” (Mounk, 2019, p. 46-48). Assim, a maior consequência que decorre da chegada de um populista ao poder é o fato de investir contra a democracia.

Por isso, é tradicional que um governo populista acabe tomando atitudes chamadas “autocráticas”.<sup>17</sup> A autocratização de um país segue o seguinte padrão: governos atacam a mídia e a sociedade civil, polarizam a sociedade, desrespeitam oponentes através de informações falsas e depois miram uma eleição/reeleição. O panorama autocrático é confirmado pela piora dos níveis relacionados a garantias civis e política (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 66-76).

“Autocracia” refere-se ao modo como o poder estatal é distribuído, ou seja, não se relaciona com a legitimidade democrática (é possível um populismo autocrático em um regime democrático). Inclusive, há uma dificuldade imensa de se combater o populismo autocrático, pelo fato de ter sido legitimado por um processo eleitoral democrático.

O movimento autocrático de tomada de decisões antidemocráticas com aparência de legitimidade, e muitas vezes legitimada pela Constituição, é o principal desafio da democracia. Esse fenômeno se chama “subversão sub-reptícia” (Przeworski, 2020, p. 16). E esse fenômeno é o que mais assombra as democracias liberais hoje.

Existem diferentes tipos de golpe. O golpe à maneira clássica deixa claro que a democracia não mais vigora. Outro, porém, “faz de conta” que a democracia está intacta, mantendo o processo eleitoral. Nesse tipo de golpe, a democracia não é o inimigo a se destruir, mas é um disfarce para a subversão (Latinobarómetro, 2021, p. 74-82).

17 Levitsky e Ziblatt (2018, p. 23-34) apontam que foi isso que ocorreu na América Latina com Fujimori, Chávez, Evo Morales, Gutiérrez e Rafael Correa. Todos eram *outsiders* e enfraqueceram instituições democráticas. Nesses casos, passou-se de um populismo para um movimento de autocratização que, em alguns casos, culminou no autoritarismo.

O golpe perpetrado pela subversão sub-reptícia funciona do seguinte modo: o político faz uso dos mecanismos legais e institucionais para fins de retrocesso e desconstrução das instituições democráticas. Não há uma quebra manifesta da democracia, pois o golpe é legitimado pelas ferramentas institucionais e não são “bruscas”, mas sim tomadas dentro do quadro legal. Entretanto, da análise das medidas tomadas por um governo é possível verificar um quadro antidemocrático, mas até que os pontos sejam ligados os danos à democracia já foram causados (Przeworski, 2020, p. 16 e 89-93).

Qual o objetivo? O objetivo é se perpetuar no poder, através de um enfraquecimento paulatino da oposição e pelo desrespeito do jogo eleitoral.

A principal ferramenta contra a subversão é a voz da oposição política. Entretanto, vimos que hoje os discursos de partido têm baixa adesão e baixa capacidade de influenciar (Przeworski, 2020, p. 93).

É importante destacar que o efeito mais nocivo de um ciclo de poder populista é que os políticos não conseguem, a despeito de suas promessas, proporcionar uma melhoria na vida das pessoas – vimos que o problema é muito mais complexo, há uma gama de fenômenos – dado que suas propostas são tendenciosas, paliativas, xenofóbicas, simplistas e apelativas, de modo que isso amplia o descontentamento do eleitor. A consequência pode ser: repetição do quadro populista, aprofundamento da oposição política, e até, eventualmente, quebra do sistema democrático.

Conforme os índices trazidos pela V-DEM, o Brasil vem sofrendo um movimento de autocratização, estando, a nível mundial, incluído dentre os 10 países que apresentaram os maiores índices de autocratização:

**Figura 1 – Como a autocratização afeta o país – Brasil entre 2010-2020**

**FIGURE 11: HOW AUTOCRATIZATION UNFOLDS – COUNTRY EXAMPLES, 2010–2020**



Fonte: V-Dem Institute, 2021, p. 22.

Da análise dos dados, há uma percepção geral contrária ao golpe militar e ao golpe, no geral. Isso se deve, segundo ao *Latinobarómetro*, pelo seguinte fato: “¿Para qué tener gobiernos militares cuando se puede ser dictador sin usarlos? Los autócratas han aumentado em el mundo desde que pueden ser electos.” (Latinobarómetro, 2021, p. 32).

Nesse sentido, é na indiferença frente à democracia, e não no autoritarismo, que se refugiam os decepcionados com a democracia (Latinobarómetro, 2021, p. 25-26), que votam em populistas, os quais, por sua vez, tem grande chance de iniciar um processo de autocratização.

Conforme anteriormente visto sobre o perfil do eleitor, quanto menos educação, mais jovem e de classe mais alta, maior o apoio a opções não democráticas. Uma explicação possível para o desencanto dos jovens, segundo Mounk (2019, p. 49), é que os jovens não têm noção de como seria viver em um sistema político diferente, pois não vivenciaram as formas de autoritarismo do século passado, mas estão somente acostumados com as injustiças e hipocrisias do sistema em que vivem.

### 4.3 FUTURO DA DEMOCRACIA

Przeworski (2020, p. 98) é pessimista quanto ao futuro. Acredita que haverá o crescimento da desigualdade, desqualificação do trabalho, redução salarial e surgimento de partidos populistas de esquerda e de direita, seguidos de um partidarismo intenso com partidos fracos.

Para o autor, o quadro se deve às limitações naturais que a democracia representativa possui<sup>18</sup> e quanto a “pretensas” patologias presentes no sistema de representação, como a ideia de que as eleições não são realmente uma escolha, ou que o voto é algo inútil.<sup>19</sup>

Quanto ao combate de ameaça populista, Mounk (2019, p. 28-30) destaca que algumas propostas: reformar a política econômica para reduzir a desigualdade, redescoberta do sentido de nação, reação e resistência ao impacto transformativo da internet e mídias sociais (Mounk, 2019, p. 28-30).

Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 174-175) políticas de redução de desigualdade social são um importante caminho para que a democracia seja novamente vista como um canal de mudanças positivas. Para os autores, a assistência social foi por muito tempo estigmatizada, então encontrar políticas de base universalista pode ter efeito moderador. Do mesmo modo, políticas mais abrangentes do mercado de trabalho também precisam ser adotadas.

Um ponto difícil e que deve ser trabalhado é saber como se opor aos golpes graduais (subversão sub-reptícia). Mesmo que a resistência seja incômoda e difícil, é necessária para, ao menos, atrapalhar a vida de governos populistas. Deve a oposição chamar atenção para as medidas autocráticas e antidemocráticas tomadas, bem como forçar as instituições a agirem. Na maior parte dos casos de eleição de populistas, havia profundas divisões na oposição (Mounk, 2019, p. 220-225).

Os autores (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 23), ainda, delineiam um conjunto de quatro sinais de alerta que podem auxiliar a reconhecer um autocrata e reagir em tempo hábil: quando o político rejeita ou ignora as regras democráticas do jogo, quando nega a legitimidade de oponentes, quando encoraja violência, quando apresenta tendência de restringir a liberdade civil dos oponentes.

18 Conforme visto, os fenômenos são de ordem econômica, social e tecnológica. Não se pode atribuir a culpa ao “sistema democrático”.

19 Przeworski (2020, p. 99) defende que as eleições são sim um mecanismo de escolha, e sua complexa importância é muito maior do que simplesmente não se satisfazer com “a” ou “b”. Quanto à insatisfação, o autor aponta que em sociedades altamente heterogêneas, torna-se cada vez mais difícil que a política agrade a todos. A insatisfação é natural e também é natural que a democracia não consiga dar as pessoas o resultado que consideram mais importante, até porque a democracia não é um ideal ou sistema perfeito, tendo suas próprias limitações, razão pela qual se enfrentam crises, mas ainda é a democracia, nas palavras do autor “[...] a maneira menos pior [sic] de organizarmos nossa vida como coletividade [...]”.

Outras lições para o futuro são a importância de se conectar novamente com as preocupações dos eleitores; passar uma mensagem positiva, em vez de criticar demasiadamente os defeitos dos populistas; unir cidadãos em torno de uma visão comum de suas nações; dar esperanças quanto ao futuro econômico; torná-los mais resistentes quando às mentiras e ódios propagados em mídias sociais (Mounk, 2019, p. 223-228).

Conforme visto, para que uma democracia funcione bem, o sistema eleitoral deve funcionar bem. Nem sempre esse mecanismo funciona: se não houver nada em questão, se mesmo com o voto, a vida das pessoas continuar a mesma, ou, de outro lado, muito em questão, ou seja, que estar do lado perdedor for penoso demais. Nesses casos, se perde o incentivo de participar e, inclusive, a oposição poderá não aceitar o resultado da eleição (Przeworski, 2020, p. 85)

O motivo pelo qual as democracias ainda persistem é a capacidade de manter suas potencialidades negativas: podem substituir um político e governo, quando fartos. O problema das democracias atuais é que as virtudes positivas estão se esgotando: a democracia não deve somente evitar o desastre, mas precisa preservar a capacidade de combinar resultados benéficos, o que não está mais acontecendo. Os partidos foram o instrumento primário para combinar as virtudes positivas na democracia. Os políticos ainda acabam fazendo promessas, que acabam não sendo cumpridas. Os “grandes solucionadores” que surgem hoje, os mais grandiloquentes, afirmam ter as respostas verdadeiras (Runciman, 2018, p. 179).

Quanto às virtudes positivas, como a de melhorar a vida das pessoas, foi visto que na América Latina há um *déficit* muito amplo no que toca à cidadania civil, que se deve à má-prestação de direitos civis e sociais, que por sua vez decorre de um cenário de profundas desigualdades e de uma visão ainda muito prematura sobre cidadania civil, em comparação com países de democracia avançada.

Levando em consideração a profunda desigualdade, O’Donnel (2004, p. 58-62) destaca que América Latina, os *déficits* em direito não atingem a todos. Membros da classe média e alta estão melhores em uma democracia política do que no autoritarismo, porém, vários países pioraram estando sob a democracia. Uma estratégia, segundo o autor, seria utilizar os direitos políticos existentes para se reivindicar os direitos faltantes, à semelhança do que alguns movimentos, como o movimento feminista, fizeram. O autor destaca a necessidade de se colocar, na América Latina, ênfase nos direitos civis, para que sejam o caminho para conquistas políticas e sociais. Esse caminho só é possível trilhar com a democracia. A conquista de direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais auxilia na conquista de outros, ou cria condições para a conquista e para localizar e definir condições de privação aguda de direitos civis e sociais (O’Donnel, 2004, p. 58-62).

No que toca a escolha do direito, ou seja, seu conteúdo, especificidade, alcance, prioridade, trata-se de temática marcada por variados pontos de vista e preferências, sejam de ordem teóricas, sejam de ordem ideológica. Como resolver, então? A resposta é a democracia, a deliberação democrática, que é realizada pelas instituições, através da representação.

Nesse sentido, para se recuperar a desconfiança existente, se requer lideranças, mudanças culturais e socioeconômicas, assim como garantias civis e sociais (Latinobarómetro, 2021, p. 72).

## 5. CONCLUSÃO

Para o *Latinobarómetro* (2021, p. 35), à luz das três crises existentes hoje, política, sanitária e econômica, a manutenção do apoio à democracia mostra sua resiliência e demanda. Não parece que os latinos irão culpar a democracia pelos desastres e consequências da democracia.

Segundo Przeworski (2020, p. 55), pesquisa com dados que denotam desconfiança são informativas, mas não proféticas. Para o autor, saber o que significa “democracia” é difícil para as pessoas e varia. Várias pesquisas, inclusive, indicam que o público em geral enxerga a democracia como “igualdade social e econômica”, e não em termos institucionais. Ainda, mesmo que as pessoas queiram ser governadas por líderes fortes, isso não significa que queiram abdicar o direito de escolha.

Adotou-se no trabalho um conceito minimalista, associado às eleições e ao direito de votar, mas, conforme visto, não significa que esse seja o termo adotado por todos.

Levando em consideração essa proposta, vimos que 77% dos latino-americanos querem votar e escolher seus governantes, mas paralelo a isso, no Brasil 55% se declaram não-democratas e 80% estão insatisfeitos com a democracia, sendo que temos um dos melhores índices do mundo quanto ao nosso processo eleitoral, como atesta o *Democracy Index*.

O cenário é preocupante quanto à juventude, visto que não foi consolidado um senso educacional sobre o significado e importância da democracia liberal. Há uma tendência a escolha de opções não-democráticas, uma vez que, de fato, vivenciamos uma realidade na qual se aumenta as problemáticas associadas à desigualdade e corrupção, mas o caminho, entretanto não pode ser o fim da democracia ou o apoio a opções não democráticas.

Ocorre que na medida em que continuar a se apoiar soluções não-democráticas e que oposições e a própria população forem conivente com elas, há chance de regimes populistas autocráticos passarem a, cada vez mais, minar os valores democráticos. Ainda, na medida em que não houver oposição a subversão sub-reptícia, cada vez mais as liberdades individuais serão enfraquecidas, reduzindo, paralelamente, a capacidade de oposição.

A questão é que não há antídotos milagrosos. Não há solução definitiva, mas instintivamente se procura tais respostas, que hoje vêm prontas em discursos simplistas e muitas vezes violentos, xenofóbicos, racistas e misóginos. Alguém tem que ser o culpado e alguém tem que ser o responsável por uma brusca transformação, a fim de que a esperança perdida seja resgatada.

É essa a crise da democracia. Não é uma crise de autoritarismo ou fascismo, é uma crise de populismo autocrático, em um ambiente que ainda aspira os valores democráticos (apoio ao voto e eleições), mas que está perdido e sem esperança na democracia, em razão dos resultados recentes em termos de insucesso econômico, corrupção, etc.

Há diversas influências que auxiliam um cenário negativo a se formar e que estão fora do controle da democracia em si: novas tecnologias da informação, *fake news*, mídias sociais. É uma nova estrutura comunicacional, cujos limites não foram traçados, e que tem afetado profundamente o comportamento das pessoas e, conseqüentemente, o processo eleitoral e a governabilidade.

De modo a resgatar a menção à Rancière, a política é um regime do dano infligido à ordem em nome da liberdade, frente a uma pretensa realidade igualitária. A política só acontece assim e só existe porque há uma parcela das pessoas que não tem parcela, e que demandam seu reconhecimento. A democracia deve ser capaz de traduzir isso.

Por todo o exposto, fica a lição de saber diferenciar entre o que é a democracia liberal, como a desejamos, como é importante, e o que são efeitos exógenos que afetam o funcionamento e o fortalecimento democrático, que tem não somente raízes políticas, mas culturais, econômicas e sociais. Somente assim, se localizam os “culpados”, ao invés de deixar criar um ambiente antidemocrático, que tende à regressão dos direitos, repressão e, eventualmente, violência.

## REFERÊNCIAS

- APPLEBAUM, Anne. **El ocaso de la democracia**. La seducción del autoritarismo. [S. l.]: Debate, 2021.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos registrados no TSE**. 2021c. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. **G1**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legendada-carreira-politica.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- LAPOP. **Opinião pública brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas**. 2019. Disponível em: [http://www.cepesp.io/uploads/2019/06/VozesBrasil\\_LAPOP\\_DisseminationBrazil\\_June2019.pdf](http://www.cepesp.io/uploads/2019/06/VozesBrasil_LAPOP_DisseminationBrazil_June2019.pdf). Acesso em: 19 dez. 2021.
- LATINOBARÓMETRO. **Informe 2021**. Santiago de Chile, 2021. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- O'DONNELL, Guillermo. Notas sobre la democracia en América Latina. *In*: LA DEMOCRACIA em América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004. p. 11-73.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento Político e a Filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy index 2020**. In sickness and in health. 2020. Disponível em: <http://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/democracy-index-2020.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- V-DEM INSTITUTE. Autocratization turns viral. **Democracy report 2021**. 2021. Disponível em: [https://www.v-dem.net/media/filer\\_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c60f/dr\\_2021\\_updated.pdf](https://www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c60f/dr_2021_updated.pdf). Acesso em: 19 dez. 2021.

**Dados do processo editorial**

- Recebido em: 01/08/2022
- Controle preliminar e verificação de plágio: 07/08/2022
- Avaliação 1: 15/08/2022
- Avaliação 2: 29/12/2022
- Decisão editorial preliminar: 29/12/2022
- Retorno rodada de correções: 20/02/2023
- Decisão editorial/aprovado: 20/02/2023

**Equipe editorial envolvida**

- Editor-chefe: 1 (SHZF)
- Editor-assistente: 1 (ASR)
- Revisores: 2